

## IV

---

### O GOLPE DE 1964 E ASPECTOS DA POLÍTICA BRASILEIRA<sup>1</sup>

*Salomão Malina<sup>2</sup>*

O “golpismo” sempre foi um dado importante na luta política no Brasil. Ou seja, as tentativas e os atos para solucionar os impasses institucionais, por meio de golpes de Estado, sempre estiveram presentes, tanto no governo como nas forças de oposição. Não é uma exclusividade das forças de esquerda ou do PCB, mas um traço da nossa tradição política nacional (o que, pois, torna a luta contra ele ainda mais urgente e complexa).

Antes de tudo, cabe uma primeira reflexão sobre o caráter golpista que sempre assumiu a política das classes dominantes brasileiras. Em 1951, várias frações articulavam no sentido de impedir a posse de Getúlio. Em 1954, a perspectiva era o golpe, mas a grande comoção que se criou com o suicídio evitou a instala-

- 
- 1 Trechos de depoimento prestado a Marco Antônio Tavares Coelho, em São Paulo, nos dias 25 de janeiro e 26 de fevereiro de 2001, gravado por Dina Lina Kinoshita, e da entrevista concedida ao jornalista Mauro Lopes, em outubro de 1985, extraídos das páginas de *A luta de Salomão Malina – O último Secretário*, de Francisco Inácio de Almeida, Brasília: FAP, 2002.
  - 2 Um dos mais importantes dirigentes do PCB/PPS, dos anos 1950 a 2002, um dos poucos brasileiros a conquistar a Cruz de Combate de Primeira Classe, a maior condecoração de guerra do Exército brasileiro, além das Medalhas de Campanha e de Guerra, por sua bravura nos campos da Itália, enfrentando forças do nazifascismo, durante a II Guerra Mundial. Tendo sido aluno da Escola Nacional de Engenharia e da Faculdade Nacional de Filosofia, ambas no Rio, embora sem concluir seus cursos, era um intelectual instigante, leitor apaixonado e um elaborador de ideias e propostas sob a forma de ensaios, artigos, entrevistas etc., reveladores de uma cabeça antenada com o novo.

ção de uma ditadura no país. Em 1955, nova tentativa golpista foi derrotada. Os exemplos são inúmeros.

É interessante abrir um parêntesis para falar de uma figura que ocupou uma posição destacada no cenário nacional. Contrariando sua tradição golpista, as classes dominantes investiram exatamente em Jânio Quadros, inserindo-se, em 1960, no jogo democrático. Jânio transformou-se no instrumento das classes dominantes para atingir o mesmo objetivo de sempre, só que pela via constitucional, e ele carregava atrás de si toda a direita, em contraposição à candidatura do general Teixeira Lott, que aglutinava as forças democráticas e nacionalistas, então derrotadas. Em suma, a maioria do povo havia votado contra nós.

Vencedor daquele pleito, Jânio tinha seu próprio projeto golpista. Qual era ele? A utilização de João Goulart como anteparo, pois o vice-presidente dava a Jânio a garantia de que ele não assumiria em seu lugar, pois as Forças Armadas não o engoliriam. Nestas, colocaram-se em postos-chave elementos vinculados a anteriores articulações golpistas.

O momento do golpe também foi escolhido a dedo. João Goulart fora do país, Jânio tinha-o enviado à China, para dificultar ainda mais a situação. Vem a renúncia, e ele corre a São Paulo esperando ser chamado de volta, passando por cima da Constituição; o que resolveria o problema de ele ser minoritário no Congresso Nacional. Mas os planos de Jânio deram em nada. Sua tentativa golpista, em 1961, não obteve êxito: a divisão do Exército, a reação popular, as manifestações de massas, obrigaram a uma solução intermédia: a emenda parlamentarista, que limitava sensivelmente a margem de ação de Jango. A posição do PCB naquele momento foi pela legalidade, pela posse. Apoiamos o parlamentarismo, como a solução política possível.

Assim, Goulart chega à Presidência de forma peculiar: abortara-se um golpe direitista e ele contava com poderes institucionais restringidos e com um Congresso que o via com desconfiança. E, sobretudo, tinha contra ele a sabotagem discreta, mas eficiente,

dos aparelhos judiciário, administrativo etc. Ele desenvolveu, então, uma política em duas frentes: de um lado, procurou negociar, transigir, conciliar com a direita; de outro (inclusive para negociar a partir de uma posição mais forte), buscou o respaldo do movimento popular – sindicatos, organizações estudantis, associações camponesas, militares comprometidos com a democracia, intelectuais etc.

Acontece que as lideranças significativas do movimento popular avaliaram muito mal a correlação de forças: julgaram que a vinculação de Jango com o movimento popular era um sintoma da força do presidente e do próprio movimento, quando, na verdade, era uma demonstração da fraqueza do presidente. À medida que o tempo avançava agravava-se a situação econômica e, paralelamente, a proximidade das eleições presidenciais (de 1965) perturbava o quadro político. O PTB, peça-chave neste jogo, não dava ao governo a base necessária de sustentação. Além disso, desempenharam na conjuntura papel significativo alguns interesses mais restritos, bem próprios da política burguesa, personalizados pela Constituição vigente: nem Jango nem Brizola (pelo fato de ser seu cunhado) poderiam ser candidatos, sem se falar nas possibilidades eleitorais de cada um. Mas ambas as candidaturas só seriam possíveis por meio de mudanças na Constituição. Ora, se o PTB não tinha sequer maioria simples no Parlamento, como iria alcançar dois terços para mudanças constitucionais? O tradicional golpismo veio à tona. Jango pressionava nesse sentido, Brizola muito mais. E não só eles: algumas lideranças populares, subestimando a direita e superestimando a sua própria força, aparentavam uma disposição e uma condição de luta completamente fictícias, já que a correlação de forças não lhes era favorável. Outro exemplo desse frenesi era a existência de movimentos como o da reforma agrária “na lei ou na marra”, Francisco Julião dizendo que tinha 60 mil camponeses armados e outras bobagens desse tipo...

Enquanto a situação exigia que as forças democráticas e populares fossem prudentes, compreendessem a delicada situação que o país vivia, nos movimentos sindical e estudantil havia muita

confusão. A presença desses segmentos era muito mais baseada no apoio da máquina do Estado do que numa presença real, num alto nível de organização de massa, que não existia efetivamente na realidade. Isso não quer dizer que o movimento sindical não tivesse peso – ele se ampliou, cresceu neste período, mas não no nível que aparentava. Um exemplo típico é o fato de que as greves políticas ocorriam exatamente nas empresas estatais; enquanto na empresa privada não existia força para tanto.

A grande luta se travava em torno do que se convencionou chamar reformas de base. Eram e são necessárias até hoje as reformas estruturais para criar uma sociedade moderna. Reforma agrária, reforma tributária, reforma educacional, reforma bancária, enfim, uma série de reformas que ainda hoje estão na ordem do dia. Se o caminho político daquele momento fosse o da acumulação de forças para garantir essas reformas, ir realizando-as gradualmente, na medida do enraizamento e da ampliação da organização sindical e popular, talvez aí chegássemos a um impasse em torno das próprias mudanças sociais, mas com outra correlação de forças.

O homem do lado deles que compreendeu bem esta situação de fragilidade foi San Thiago Dantas, que se preocupou em criar um mecanismo político institucional de sustentação ao governo.

Um outro fator a se levar em conta, para completar um pouco este quadro de golpe, é a crise econômica. Naquele momento, havia o esgotamento de um ciclo que vinha do governo Juscelino. Crescia a inflação, mas o movimento sindical possuía força suficiente para impedir que a crise fosse toda ela jogada nas costas dos trabalhadores, o que descontentava ainda mais amplos setores da burguesia.

Por outro lado, havia um processo de mudanças em várias partes do mundo. Os Estados Unidos passaram a intervir em todos os lugares onde sua hegemonia estava ameaçada, dando apoio a golpes de Estado e mesmo articulando-os em vários países.

Como se constata, na gênese do golpe de 1964, há a conjunção de três fatores: o quadro político e a crise econômica do país, e a situação internacional.

Quanto ao PCB, a verdade indiscutível é que resistimos bastante à tentação do golpismo. Enquanto resistimos, crescemos e ganhamos credibilidade; quando fizemos concessões a ela, selamos a nossa sorte. Há dados objetivos. Por exemplo: nós nos opusemos à tentativa de Jango de intervir na Guanabara, combatemos o seu propósito de decretar o Estado de Sítio e criticamos a chamada “rebelião dos sargentos”. A nossa resistência, compatível com a linha política que formulamos explicitamente em 1958/1960, custou-nos a crítica de “direitistas”, assacada por vários setores do movimento popular.

Com efeito, a nossa orientação era a correta. Frente à verborragia incendiária de certas lideranças carismáticas, levávamos a cabo uma política de acumulação de forças, vitalizando o movimento sindical, organizando a classe operária. Mas não fomos suficientemente fortes: a pressão do golpismo, oriunda da própria esquerda e do movimento popular, nos conduziu a vacilações e, enfim, violando a nossa orientação oficial mesma, fizemos concessões essenciais. Todo mundo se lembra da famosa entrevista, no início de 1964, na qual Prestes dizia que já estávamos no governo, mas ainda não havíamos chegado ao poder. Acabamos, na prática, por legitimar a política golpista que estava no ar. O resultado é sabido: Jango e o movimento popular não deram nenhum golpe. Ao contrário: o golpe foi dado para atingir todas as forças populares e democráticas.

Não posso dizer que essa visão fosse inteiramente clara no PCB. Se a política aprovada no V Congresso tivesse sido aplicada, em nenhum momento ela conduziria os comunistas a apoiar qualquer atalho golpista. No entanto, no final do governo Goulart, o Partido conciliou com aquele frenesi golpista, o que nos prejudicou e muito. Fica claro que não tivemos força para superar o crônico golpismo da tradição política brasileira. Aliás, a primeira reunião do nosso Comitê Central, após o golpe, avaliou o alcance dos nossos erros e autocríticou as nossas concessões ao golpismo.

## **Nossas visões ora golpistas ora corretas**

No período de 1947 até 1958, o PCB imaginava que existia no Brasil uma situação pré-revolucionária. Mas, nessa política em geral equivocada houve algumas iniciativas corretas. Relembro o fato de uma comissão, criada pelo Comitê Central, ter realizado um estudo sobre movimentos populares no Brasil marcados por ações armadas, como a Cabanagem, no Pará (1835-1840) e a Sabina, na Bahia (1837-1838). No entanto, esse estudo não teve continuidade e maiores consequências. Participei nessa comissão dirigida por Agildo Barata.

Nos anos 50, sofreram altos e baixos as iniciativas para preparar o Partido para formas de luta mais radicais. Foi uma coisa um pouco em ziguezague. Aqui, indispensável acentuar um dado fundamental. Naquela fase, a situação internacional era um fator da maior importância e muito influía em nossa orientação política. Particularmente, o que causava impacto era a Revolução Chinesa, pois, de repente, mais de um bilhão de pessoas liquidou o regime que existia na China, e se propôs a criar uma sociedade socialista. E isso se deu pela via de uma ação militar armada.

Essa não foi a única influência que sofremos. Numa série de países foram vitoriosos movimentos revolucionários que seguiram pelo caminho da luta armada, como os de libertação nacional na África. Posteriormente, na América Latina isso culminou com a Revolução Cubana (1959), na qual foi colocada com muita força a questão da via armada. É claro, portanto, que tudo isso teve uma repercussão enorme nas fileiras do PCB.

De outro lado, nesse quadro, depois da renúncia de Jânio Quadros da Presidência da República (1961), o Partido se viu diante da eventualidade de uma guerra civil, possível, iminente. E a direção percebeu que estávamos absolutamente despreparados para atuar face àquela realidade, e entendeu a necessidade de capacitar o Partido para novas formas de luta e como essa preparação deveria ser programada. Definiu-se naquela época que o passo inicial era instruímos os militantes para a organização da auto-

defesa dos movimentos populares. Para tanto, foram tomadas diversas providências. Por exemplo, realizamos um curso teórico e prático em que foram dadas aulas para alguns companheiros.

Este “trabalho especial” abrangeu um conjunto de tarefas. Mesmo quando o Partido não tinha legalidade jurídica, mas era tolerado e desenvolvia uma atividade legal extensa, também realizava ações clandestinas. Naquele período, num quadro em que dávamos prioridade às reformas estruturais, o PCB colocava uma perspectiva de luta pela transição pacífica ao socialismo. Mas na própria resolução do V Congresso (1960) não se afastava inteiramente a hipótese de uma luta armada no Brasil. Entendimento que parcialmente vinha de análises anteriores, pois em algumas fases de nossa história colocamos a luta armada como um elemento central de nossa política.

## **As lutas armadas no campo**

A linha do Partido, logo após a Revolução na China, em 1949, enfatizou a perspectiva de estabelecermos áreas libertadas no interior do Brasil, o que, em alguns lugares, não era tão complicado. Porque nas pequenas cidades do interior há uma delegacia, um cabo de polícia e uns poucos soldados que não estão preparados para coisa alguma... Então, os revolucionários podem chegar lá e tomar o “poder”. Mas, e depois?

Ora, naqueles anos, não havia no Brasil uma situação revolucionária ou pré-revolucionária tal como na China. E nesta havia uma tradição peculiar de luta armada. Quando o Kuomintang se formou era uma frente política ampla, na qual participava o Partido Comunista Chinês. Ademais, o Kuomintang se dedicou a organizar um exército e para tanto até criou uma Academia Militar, destinada a formar seus oficiais. Nela, o comandante era Chang Kai Chek e o líder comunista Chu En Lai, o comissário político. E a Grande Marcha foi o deslocamento de uma força militar estruturada que tinha clareza política.<sup>3</sup>

---

3 Ver nota ao final deste texto.

Contudo, o que fazíamos aqui no Brasil nada mais era que tentar imitar os outros. Num primeiro momento, os chineses, e, depois de 1960, os cubanos. Embora houvesse a nossa admiração pelo feito dos cubanos e a nossa solidariedade à sua luta, o PCB em seu conjunto não embarcou cegamente nas tentativas de transplantar a experiência da Revolução Cubana para o Brasil. Isso atingiu apenas alguns comunistas, mas influenciou muito várias correntes e grupos revolucionários, por não levarem em conta a história de Cuba, suas características etc, e os contrastes com a situação brasileira.

No que diz respeito às lutas empreendidas em determinadas áreas rurais do Brasil, no final da década de 40, julgamos que o movimento em Porecatu poderia ser o início de uma luta armada. Para ela, o Partido mandou alguns companheiros como Hilário Pinha, João Saldanha, e outros. Na verdade, lá havia latifúndios improdutivos que foram sendo desbravados pelos “sem-terra”. Estes ocuparam terras abandonadas, que não tinham donos, foram viver ali com muitas dificuldades, sem nenhum tipo de infraestrutura. E plantaram café. Quando a guerra acabou, em 1945, o preço do café no mercado internacional foi para as alturas. Então, como é comum no Brasil, naquelas propriedades que anteriormente nada valiam, apareceram os “donos”, entre os quais Moisés Lupion, governador do Paraná.

Assim, depois de anos a fio passando todas as necessidades e após transformarem a mata virgem em lavouras e cafezais, os lavradores foram ameaçados de serem expulsos. É claro que eles reagiram. E aí houve realmente um início de luta armada, de resistência armada, uma ação de autodefesa daqueles que viviam ali. O próprio governo entendeu aquele quadro e procurou um acordo, garantindo mínimas condições para os lavradores, e acabou-se o confronto.

As lutas em Formoso-Trombas eclodiram dez anos depois, mas nessa época a orientação do PCB já fora retificada pela Declaração de Março de 1958. Não mais tínhamos ilusão de criar “áreas libertadas” no interior do país. Mas o choque dos posseiros com os



latifundiários e grileiros em Goiás guardava pontos de semelhança com o que sucedera em Porecatu. O Partido apoiou ativamente a resistência dos posseiros em Formoso-Trombas, mas entendendo que não era o ponto de partida de um movimento que se espraiaria pelo Brasil. Ajudamos a organização da autodefesa daqueles lavradores, a fim de não serem massacrados pelos latifundiários e pela polícia. Compreendendo, porém, que aquilo tinha um limite muito claro. Quando fizeram o acordo, a luta simplesmente acabou.

## **Depois do golpe de 64**

Esse “trabalho especial” ganhou um relevo e uma dimensão nova com a implantação do regime militar, em decorrência do golpe de 64, pois o PCB passou a ser perseguido com tenacidade pelos órgãos de repressão. Devíamos, então, criar uma infraestrutura capaz de assegurar o funcionamento da direção do Partido, nas novas condições. É que com a implantação do regime militar mudou radicalmente a realidade do país e assim tornou-se imprescindível uma alteração completa na vida do PCB. Compreendemos, então, que deveríamos preparar nossos militantes para ações de autodefesa das lutas populares.

A clandestinidade exigiu novas responsabilidades dos que atuavam no “trabalho especial”. Começamos a nos envolver diretamente com a montagem das reuniões partidárias. A direção central necessitava debater a derrota com os companheiros. Ora, não era fácil trazer companheiros dos estados e todos não podiam entrar nos “aparelhos” de uma só vez. Portanto, tinha-se de montar esses encontros com muito cuidado. Porém, a disciplina nunca foi uma característica marcante entre nós, dirigentes comunistas. Aconteciam abusos e havia os que infringiam as normas de segurança.

Em segundo lugar, havia o problema das viagens. Realizávamos reuniões no Rio e em São Paulo, o que nos obrigava a deslocar companheiros de vários estados. E eles eram pessoas conhecidas e estavam sendo procuradas pela polícia. Por isso, conseguimos, bem antes de 68, estabelecer o roteiro de uma ligação por rodovias

entre Rio e São Paulo, de modo a se evitar os postos de controle da via Dutra. Só que era preciso dar uma volta imensa, passando por estradas secundárias. Mas o pessoal não queria fazer isso não. Pegava mesmo a via Dutra, pois era mais cômodo e mais rápido. Mas, é claro, que o risco da segurança aumentava.

Criamos, por exemplo, um “aparelho” para trazer as pessoas que se encontravam fora do Brasil e para levá-las para o exterior, atravessando as fronteiras do país. Isso incluía viagens dentro do Brasil, a forma como eram feitas, os trajetos etc. Mas, às vezes, alguns se rebelavam, achavam que aquilo era um absurdo e um exagero, que uma viagem que podia se fazer só num dia demandaria vários dias. Certos companheiros inclusive tomavam iniciativas próprias, resolviam inventar seus próprios esquemas. Isso nos atrapalhou muito... Mas, ainda assim conseguimos montar o trabalho. Por diversas vezes, vários foram para o exterior e de lá voltaram. O próprio Prestes fez duas ou três dessas viagens, o que demandava cuidados especiais e a mobilização de inúmeros companheiros, pois seria um grande desastre para a direção que o secretário-geral do PCB fosse preso pela ditadura.

Tudo isso implicava a existência de uma atividade específica nas fronteiras. Era uma coisa delicada porque nelas há um controle rigoroso. Enfrentamos esse problema utilizando as características das cidades fronteiriças e alguns militantes. Nelas os instalamos com suas famílias. Eles passaram ali a viver normalmente, sem causar suspeitas. E montando alguns negócios, naturalmente transitavam pela região sem chamar a atenção da polícia. Eles conheciam as horas de maior controle, por onde era mais fácil atravessar as barreiras etc. Chegamos a ter companheiros que possuíam táxis nessas cidades. Esses, normalmente, faziam a travessia de um lado para o outro da fronteira. Assim, ninguém podia saber que exatamente num dia tal, um deles estaria transportando alguém que não era um passageiro comum, mas uma pessoa que estava viajando para o exterior numa missão partidária. Vários companheiros utilizaram esses “aparelhos” e nunca foram descobertos.

Havia uma outra incumbência do “trabalho especial”. As viagens obrigavam os companheiros a ter uma documentação mínima adequada, também imprescindível para os que viviam na clandestinidade no interior do país. Procuramos resolver esse problema e para tanto montamos um “aparelho” que pudesse fornecer documentos falsos de identidade. Não utilizávamos esses documentos para ficar escondidos, mas para poder lutar contra a ditadura. Durante os longos anos de chumbo, em qualquer momento, as pessoas eram obrigadas a exibir um documento de identidade, carteira de motorista etc. Montamos essa aparelhagem para atender a essa necessidade.

O PCB, por meio desse “trabalho especial”, deu apoio a pessoas que não eram comunistas, mas perseguidas pela ditadura, para saírem do país, e deu cobertura para não serem presas pelo regime militar. Para nós, era uma questão de princípio dar toda solidariedade possível àqueles que lutavam contra a ditadura. Mesmo que fossem pessoas que estavam em organizações que não a nossa. A única coisa que colocávamos era que essas pessoas tinham de obedecer às nossas regras de segurança. Certamente, ajudamos a sair do país algumas dezenas dessas pessoas. Essa solidariedade constituía um dos aspectos de nossa atividade.

## **O VI Congresso do PCB**

Ele aconteceu num momento muito complicado e decisivo para o PCB, após a grande derrota das forças progressistas brasileiras em abril de 1964. Assim, o órgão máximo do Partido deveria optar sobre a escolha entre duas posições estratégicas na luta contra a ditadura. Ou seja, entre a que pregava uma linha de ação de massas e a que propugnava pela imediata adoção da luta armada. O PCB estava claramente dividido, de alto a baixo, a respeito dessa questão fundamental. A orientação que predominava no Comitê Central não era aceita por alguns de seus dirigentes e por comitês estaduais de grande peso na estrutura partidária. Por tudo isso, ele se deu no meio de uma intensa luta interna.

Dele participaram aproximadamente 100 pessoas. A entrada dos congressistas no sítio foi escalonada e a reunião durou vários dias. Havia alojamento para todos e uma equipe de auxiliares garantiu o transporte, a alimentação e a segurança do evento. Ele foi realizado em novembro de 1967, num clima bastante perigoso. Portanto, a segurança do Congresso passou a ser uma questão básica, ainda mais porque sua convocação fora anunciada publicamente. Aliás, foi mais do que anunciada, praticamente chegou a ser denunciada. A polícia sabia que ele seria feito, mas não descobriu onde e quando.

Ao nos aproximarmos da data em que deveria começar o Congresso, a Comissão Executiva do Comitê Central fez um balanço e nessa discussão surgiu a proposta de adiá-lo, pois a segurança era precária. Mas, decidiu-se pelo não adiamento. Tal conclusão decorreu da análise de que o PCB estava em crise. Alguns dos principais organismos partidários estavam fracionados ou neles havia uma maioria contrária às posições do CC. Em sendo assim, se o Congresso fosse suspenso o Partido se dividiria de alto a baixo. Politicamente, portanto, o Congresso era indispensável, apesar de se compreender que a margem de risco era grande. Enfim, não tínhamos alternativa. Era indispensável o Congresso, sob pena de o Partido se fragmentar completamente. Tratava-se, portanto, de assegurar a continuidade do PCB.

Diante desse risco, que medidas especiais de segurança foram adotadas? Partimos da seguinte ideia: se os órgãos policiais localizassem o local do Congresso eles cercariam a região a fim de prender os congressistas. E aí, sim, liquidariam o PCB. Avaliamos que diante de um cerco desses não poderíamos resistir por muito tempo. Então, o que fazer? Resolvemos organizar um grupo pequeno que pudesse abrir um caminho e dar fuga para os companheiros com maior responsabilidade no Partido. Provavelmente, muitos seriam presos. Não havia outra solução.

Preparamos um caminho de fuga e delineamos uma rota segura. Porém, para tanto, necessitávamos ter um grupo de choque que pudesse abrir o caminho, mesmo diante de uma tropa armada.

Mas não dispúnhamos de armamentos. Tínhamos tão só uma meia dúzia de pistolas. Como isso não iria servir para quase nada, a solução era improvisar granadas. Com o tipo de material que existia na praça, passamos a prepará-las. Fizemos uma boa quantidade dessas armas, o serviço foi feito, mais ou menos dentro das regras de segurança, utilizando o que era possível adquirir no mercado. Fabricamos essas granadas dentro daquelas circunstâncias. Ainda assim um produto razoável.

O VI Congresso definiu a orientação e o futuro do Partido. Estabeleceu que o centro da tática do Partido seria a luta pelas liberdades democráticas. A afirmação dessa estratégia determinou toda a atividade do PCB, derrotando as teses que propunham a adoção da luta armada e a proposta de luta imediata pelo socialismo. Por isso, foi um acontecimento histórico, fundamental e decisivo na vida do PCB.

Entre os anos de 1964 e 1975, o “trabalho especial” desempenhou um papel importante no PCB, porque ajudou o funcionamento da organização partidária e permitiu elaborar algumas políticas corretas. Por exemplo, indicamos que os comunistas deveriam utilizar sempre que possível os espaços legais de ação, mesmo quando o Partido estava imerso na clandestinidade. Pois entendíamos a clandestinidade não para ficarmos escondidos, mas para podermos combater a ditadura. Com esse espírito é que foi realizado o “trabalho especial”.

Todavia, os acontecimentos e os profundos golpes sofridos pelo PCB, na década de 70, demonstram ter havido uma ilusão política na direção do PCB e que isso, como não podia deixar de ser, refletiu-se no “trabalho especial”. Foi a ilusão de que a violenta repressão do regime militar não se voltaria contra nós. Isto porque nossa posição era diferente da dos grupos engajados na luta armada e que foram sendo dizimados pela ditadura. Ou seja, pensávamos que estaríamos imunes a esse tipo de ataque. Não entendíamos, portanto, que iríamos sofrer um ataque igual ou pior do que o desfechado contra aqueles grupos. E não concluímos que essa ofensiva contra nós teria consequências ainda mais danosas.

Apesar de traçarmos uma política de ampla frente única democrática, uma estratégia correta, éramos um partido atrasado em várias questões, inclusive nos procedimentos relacionados com a defesa da organização partidária. O que aconteceu? Os organismos de segurança do Estado se aperfeiçoaram (seus agentes inclusive fizeram cursos no exterior) e passaram a atuar de outra forma. O que sucedia antigamente? Os companheiros eram presos, como foi o meu caso (mais de uma vez, éramos espancados brutalmente; se aguentássemos o massacre éramos processados e acabávamos sendo soltos. E se ficava nisso).

Mas os órgãos de repressão começaram a trabalhar de forma muito mais sofisticada, em relação a nós. Buscavam nos conhecer melhor, a estudar nossas maneiras de agir, a acompanhar nossos passos, a localizar as gráficas do PCB, a se infiltrar em nossas fileiras. Com isso, quando nos atingiram, foi um golpe muito profundo. Da antiga Comissão Executiva do Comitê Central do PCB, que atuava no Brasil, em 1974 e 1975, quem conseguiu sair do Brasil foram apenas Giocondo Dias (ele foi o último a seguir para o exílio) e eu. Todos os demais foram mortos ou presos!

Examinando a lista de nossos mortos, vê-se que não é um número avultado, mas que a maioria dos assassinados eram membros do Comitê Central, ou de seus órgãos auxiliares. A ditadura não promoveu o assassinato generalizado dos comunistas, mas concentrou a repressão sobre a cabeça do Partido. E assim conseguiu desorganizá-lo. Dentro da estrutura partidária havia um clima que levava a facilidades que raiavam com a imprudência, face à incompreensão do quadro em que estávamos vivendo. O resultado nós sabemos qual foi.

Então, se houve um problema de direção e o “trabalho especial” nela era um elemento importante, temos de concluir que ele não foi capaz de preparar o Partido para a realidade nova, depois do golpe de Estado. Não obstante de, em nossos documentos, escrevermos que fora implantado no Brasil um regime fascista, não tomamos medidas que correspondessem a tal definição. Por

exemplo, deveríamos ter transferido para o exterior a maioria do Comitê Central do PCB.

Houve outra falha grave no “trabalho especial” propriamente dito: nunca demos a suficiente importância à análise das informações que nos chegavam sobre o trabalho dos órgãos de repressão da ditadura. Não avaliamos as consequências dos novos métodos utilizados e que poderiam ser estudados nos documentos oficiais sobre a Política de Segurança Nacional, às quais tivemos acesso. Só que não levamos isso suficientemente a sério. Ou quando acreditávamos no que estava escrito naqueles documentos, achávamos que tudo aquilo não iria nos afetar. E não havia um organismo nosso que se dedicasse especificamente a essa questão. Assim como tínhamos uma Comissão Executiva que fazia uma avaliação política periódica (e isso foi uma coisa boa, e forte em nossa atividade partidária), deveríamos ter um órgão para estudar as informações, a fim de entendermos melhor o que estava acontecendo e como nossa luta iria se encaminhar.

Resta acrescentar um outro dado. Na repressão a qualquer partido político clandestino, a polícia usa a mais eficiente das armas – a infiltração. Essa questão nunca foi bem discutida entre nós, nem claramente colocada. Até hoje algumas dessas questões não foram devidamente apuradas. Naquela época, fomos informados que certos companheiros foram abordados por agentes norte-americanos, que tentaram convencê-los a colaborar com eles. Portanto, havia uma agência norte-americana atuando no Brasil. E ela sabia como encontrar esses companheiros. Mas não ficou claro se tal agência colaborava ou não com os órgãos policiais brasileiros. Creio que só com o tempo tais “mistérios” serão esclarecidos.

Portanto, uma das tarefas do “trabalho especial” seria tentar algo em termos de uma atividade específica de informação, não se restringindo às tarefas práticas em que estávamos mergulhados. Na verdade, nunca fomos capazes de fazer isso. Naturalmente, em razão de nossas incompreensões políticas, aqui mencionadas.

## O esquerdismo

O golpe de abril de 1964 atingiu duramente a nação, decapitou o movimento popular, desarticulou transitoriamente as forças democráticas e nacionalistas. Dirigido prioritariamente contra a classe operária, é claro que atingiu pesado o PCB. Mas conseguimos recuar com um mínimo de organização. Naturalmente, como em qualquer recuo político, perdemos muita coisa, sobretudo as posições do movimento de massas, os instrumentos pelos quais o PCB realizava a sua política. Contudo, a direção foi preservada e logo montamos um mínimo de infraestrutura: a *Voz Operária* começou a circular, o Comitê Central pôde se reunir, autocriticar-se e, resgatando o que havia de válido na experiência recente, formular as bases da linha política que o VI Congresso, de 1967, concretizaria.

Destaque-se que já na primeira reunião do Comitê Central, depois do golpe, surgiram as divergências iniciais, envolvendo camaradas que, no desenvolvimento do processo, acabaram por ser excluídos do partido, entre outros Carlos Marighela, Mário Alves, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Jover Telles, exclusão que lesionou bastante o Partido. Foram grandes perdas, e não somente em termos de liderança: juntamente com eles, o PCB perdeu um número de militantes que, naquelas condições, foi significativo.

A tendência majoritária compreendia que houvera um erro em se desviar da linha política aprovada no V Congresso, considerando que devíamos fazer todos os esforços para voltar à aplicação daquela linha. A outra, que teve muita força entre nós, apontava no sentido de manter sem mais conseqüências a política que se implementou quando entramos na onda do golpismo e se disseminava a visão de que a única solução era a luta armada, a partir dos exemplos de Cuba e da China. Havia também muita confusão: a falsa ideia de que o processo argelino e, posteriormente, mesmo o peruano consistiam em vias para o socialismo. Ora, a aplicação dessa visão, na conjuntura concreta do país naquele então, só podia levar a um movimento sem classe operária, à luta armada



conduzida por frações da pequena burguesia e apoiada por setores radicais do campesinato.

Essa divisão esteve no centro da luta interna do VI Congresso, que se realizou em 1967 e que gerou a defecção de toda uma série de quadros. Aqueles que permaneceram venceram o debate e conseguiram manter, no essencial, a nossa visão do processo.

A história dos conflitos internos, nos anos 1965/1967, ainda está por ser analisada em toda a sua profundidade (como toda a nossa história!). Muito esquematicamente, pode-se dizer que os camaradas anteriormente excluídos do PCB (e que, posteriormente, seguiram caminhos diversos) julgavam que, no imediato pré-64, cometemos erros de direita. Ou seja: eles não compreenderam que fomos batidos precisamente porque compactuamos com o golpismo. Muitos deles, inclusive, antes do golpe militar, chegaram mesmo a acreditar que estávamos às vésperas da revolução. O golpe os surpreendeu brutalmente e eles penderam para o ceticismo face ao trabalho de massas. Movidos pela impaciência revolucionária, derivaram para o vanguardismo e caíram no esquerdismo. Curiosamente, muitos desses camaradas, homens provados na luta, patriotas honrados e alguns até teoricamente muito preparados, incorreram no erro que estávamos denunciando há bastante tempo – a transplantação de experiências e modelos. O esquerdismo em que se envolveram, alguns tragicamente, na maioria dos casos, inspirava-se tão só numa análise falsa da conjuntura brasileira, mas em experiências de luta armada aceitas acriticamente.

Creio que é desnecessário chamar a atenção, no caso deste esquerdismo apoiado na transplantação mecânica de experiências revolucionárias, para o importante papel desempenhado pelo contexto internacional. Então, o exemplo cubano (na esteira dos movimentos revolucionários e/ou modernizadores do Terceiro Mundo: China, Argélia, Egito, movimentos em que o peso proletário foi pouco ponderável), despido da sua original peculiaridade, foi erroneamente interpretado como um cânone.

E não posso deixar de assinalar, explicitamente, que um dos méritos do PCB, antes e depois de 1964, consiste precisamente em não se ter deixado envolver pelos equivocados esquerdistas.

## **O golpe dentro do golpe**

Este processo de luta interna interferiu na visão sobre o “milagre econômico” que explodiria pouco depois, tanto que o Partido não conseguiu antevê-lo. Mas, pelo menos, me parece que tivemos o bom senso de constatar que estava havendo crescimento econômico. O que já foi uma grande coisa para a nossa tradição de querer torcer a realidade segundo os nossos desejos. Conseguimos evitar isso. Não se pode dizer que tínhamos uma visão cientificamente correta, mas acertamos no fundamental, ao constatar que havia crescimento.

O AI-5 foi uma necessidade do regime e, naquela altura dos acontecimentos, a linha estabelecida em 1967, no VI Congresso, armava-nos para acertar no fundamental. O centro da nossa tática passou a ser a luta pelas liberdades democráticas, compreendendo que o nó da democracia é que iria definir o processo. É que, a partir de 1967, o Partido cristalizou uma concepção que iria demonstrar-se vitoriosa. O que não acontecera no início dos anos 60, quando teríamos que nos agarrar na defesa da continuidade do processo democrático e não o fizemos.

Foi talvez uma das situações mais complicadas pelas quais passou o Partido em toda sua existência, na medida em que o PCB ficou isolado dentro da própria esquerda. Acredito termos sido a única força a apostar na luta de massas naquele momento – enquanto o restante da esquerda foi ganho para a visão da luta armada de grupos vanguardistas.

Realmente, foi um período muito difícil para nós. Uma parte do próprio Partido fez defecção e fundou alguns desses movimentos, que floresciam em toda parte, com alguma força – em alguns casos, com apoio internacional, inspirado em algumas correntes do movimento comunista. Nossa política chegou a ser criticada

publicamente por alguns partidos comunistas no poder. Mas tudo isso foi superado, pois a história demonstrou que a razão estava conosco. Essas experiências de grupos tiveram existência curta, a derrota foi impiedosa.

A própria equipe autocrática que dirigia o país, a partir de 1970/1971, sentiu que não poderia continuar dominando apoiada apenas em um agrupamento estreito. Naquela época, meia dúzia de generais e tecnocratas decidiam os destinos do Brasil. Ou seja, bastava empatar, três a três, para que se criasse uma divisão de alto a baixo em todas as instituições brasileiras, criando um clima de guerra civil.

A cada momento de substituição do presidente da República estourava uma crise. Castelo Branco teve que engolir Costa e Silva na “marra”. A ascensão deste constituiu-se em um verdadeiro golpe; depois houve ainda uma tentativa com a junta militar e, finalmente, assumiu o general Garrastazu Médici.

Mas tudo isso era muito complicado. Cada sucessão emperava o país, gerava uma dificuldade muito grande para o desenvolvimento nacional e, naquele momento, o país crescia mesmo. Eles pesquisaram e chegaram a costurar o que denominavam de “modelo político brasileiro”, que tinha algo a ver com o processo mexicano, com o Partido Revolucionário Institucional (PRI) (quer dizer: um partido muito forte, com apoio popular, apoiando a política do governo – era essa a ideia deles). Só que, para realizá-la, havia a necessidade de certas frestas políticas.

Esse projeto, de acordo com a visão do grupo dirigente do país, deveria concretizar-se nas eleições de 1974, que os legitimaria no poder, daria maioria necessária ao regime no Congresso Nacional para realizar as mudanças constitucionais que julgavam necessárias e serviria como cartão de apresentação internacional.

Mas a derrota eleitoral de 1974 pôs por terra esse esquema. E a reação do regime diante do fracasso foi jogar todo o aparato repressivo sobre o PCB, entendendo que éramos uma força cuja política tinha eficácia, ao contrário da guerrilha, que foi esmagada

tranquilamente, sem grandes comoções. A nossa política, não: nas eleições de 1974, ela deu sua primeira demonstração de que iria se transformar em vitoriosa.

O aparato repressivo se abateu como nunca sobre os comunistas: após as eleições sofremos um rude golpe, mas a partir de então o regime não pôde mais impedir a presença popular na política. Com o seguimento do processo político, o campo das forças democráticas foi se alargando, elas foram se unificando, até que chegamos à derrota de Paulo Maluf no Colégio Eleitoral, em 1985.

Evidente que as mudanças na cena política internacional também contribuíram para o início da reversão da correlação de forças no país. É que o regime nascera com base na ideologia da Guerra Fria, na visão dos Estados Unidos liderando a chamada “civilização ocidental e cristã”. Tudo para barrar o avanço do comunismo. E a função do governo brasileiro era impedir esse avanço internamente e auxiliar externamente na sua travagem. Não por acaso tropas brasileiras participaram da invasão de São Domingos. Mas com a derrota norte-americana no Vietnã, com a presença da China na ONU e outras mudanças que foram acontecendo no mundo, todo esse quadro se alterou, do ponto de vista das repercussões aqui dentro.

Por outro lado, há a questão econômica. Na medida em que o Brasil era, e é, um país dependente do petróleo, do comércio com os países do chamado Terceiro Mundo, o governo acabou tendo que apoiar determinados movimentos de libertação nacional e, nos anos 70, deixou de apoiar incondicionalmente Israel, para manter relações com os países árabes.

Deve-se levar em conta que a política econômica brasileira, voltada com muita força para a exportação, num momento de expansão do capitalismo, tinha trânsito livre, o que iria mudar no início da década de 70, com o fim da paridade dólar/ouro, por conta das dificuldades internas dos Estados Unidos, medida acompanhada pelo ressurgimento do protecionismo. Isso fez com que o mercado norte-americano fosse se fechando e o Brasil sendo obri-

gado a buscar outras alternativas de intercâmbio comercial, no caso os países do chamado Terceiro Mundo. Então, o governo brasileiro que, em certo momento, chegou a oferecer auxílio para a manutenção do império colonial português, foi o primeiro do mundo a reconhecer a independência e o governo do MPLA, de Angola. Isso não aconteceu por acaso. Foi fruto exatamente das mudanças na economia mundial. Havia uma certa lógica nessas mudanças, um entrelaçamento de fatores que convergiam, a partir da primeira metade dos anos 70, no sentido da democracia.

A situação política do país não poderia manter-se estagnada, e o regime se deu conta disso. Seus ideólogos fizeram, então, um plano objetivando controlar esse processo, para manter sua hegemonia. Mas o plano fracassou, pois o povo interferiu nele de forma completamente distinta da imaginada pelos estrategistas palacianos. A presença popular surgiu como fator novo, e a partir de então, fator que não mais poderia ser desprezado ou eliminado.

De qualquer forma, em 1974/1975, a repressão chegara ao ponto de isolar a direção do conjunto do PCB. Nessas condições, pouca diferença fazia estarmos no Brasil ou no exterior. Creio mesmo que a transferência para o exterior veio tardiamente. A clandestinidade era tão opressiva que, a menos que fôssemos levianos, era mínimo o nível de atividades possíveis para a direção, aqui no país. Vocês não podem imaginar as dificuldades que tínhamos para organizar um encontro de dirigentes com um grau aceitável de segurança.

Sofremos golpes seríssimos, talvez os mais graves da nossa história: dirigentes presos, assassinados, “desaparecidos”; centenas de militantes presos e torturados; milhares de militantes perseguidos; uma estrutura clandestina profundamente lesionada. Um saldo terrível.

É preciso dizer, todavia, que se erramos – e erramos mesmo – não foram os nossos erros o fator determinante. Pode parecer meio acaciano fazer esta ressalva, mas não é: a luta de classes é uma guerra, e as pessoas, frequentemente, se esquecem que o

inimigo de classe não perdoa. Este não é o terreno da teoria: é o terreno da brutalidade que garante a dominação de classe da burguesia. O inimigo de classe torturou, massacrou – fez isto e voltará a fazê-lo, se as condições políticas o permitirem. E, obviamente, não é só o inimigo de classe tal como se apresenta no particular contexto brasileiro – lembrem-se, por exemplo, da experiência alemã: um partido comunista muito mais forte e organizado que o nosso foi, simplesmente, liquidado.

Onde entram os nossos erros? No estilo de trabalho que desenvolvemos, derivado da nossa forma organizativa. Não elaboramos um estilo de trabalho adequado às condições em que vivíamos, não adaptamos o nível da nossa clandestinidade ao nível alcançado pela repressão. De uma maneira muito esquemática, creio que o peso da nossa responsabilidade foi este: a nossa atividade orgânica não correspondia às nossas próprias posição e linha políticas. Já em 1973 caracterizávamos, corretamente, o regime brasileiro como militar-fascista e, no entanto, vivíamos num nível de clandestinidade muito pouco diferente daquele dos fins da década anterior. É claro que nós, dirigentes, temos uma boa parcela de responsabilidade nisto; foi um erro coletivo, um erro do coletivo, mas o coletivo são pessoas – e há que discutir os erros praticados.

---

**NOTA 3** – p. 297. O Kuomintang (Partido Nacionalista do Povo) foi fundado na China em 25 de agosto de 1912, tendo sua origem na “Liga Revolucionária Unida” (20 de agosto de 1905), que, por sua vez, se originou na “Sociedade para o Despertar da China” (24 de novembro de 1894). Sun Yatsen esteve à frente da fundação de todas estas organizações e realizou o primeiro congresso do Kuomintang em 1924. Após a sua morte, Chang Kai-shek foi o militar que herdou a liderança do partido nos anos que se seguiram. Era um homem decidido a reunificar a China, eliminando dois inimigos: os comunistas e os senhores da guerra. A China era desde 1911 uma república, mas o país estava dividido em feudos de senhores locais, que tinham exércitos privados, e não havia verdadeiramente um poder central. Em 1927, Chang Kai-shek unificou a maior parte do território e o país passou a ser controlado por um único poder, o Kuomintang. Em 1934, as forças nacionalistas cercaram as tropas comunistas, forçando-as a abandonarem as suas posições no Sul, o que deu origem à chamada

“Longa Marcha”. Em julho de 1937, o Japão atacou a China e os comunistas, sob a palavra de ordem “chineses não devem lutar contra chineses”, pressionaram Chang Kai-shek a uma aliança para combater o invasor em conjunto. Embora os comunistas e o Kuomintang fossem aliados, os primeiros tiveram que continuar na clandestinidade. Depois da derrota dos japoneses, tanto os comunistas como o Kuomintang tentaram ocupar todo o território chinês. Na altura, o Kuomintang tinha um exército maior e melhor equipado. Os dois lados começaram a fortalecer suas posições, preparando-se para a guerra civil suspensa pela invasão japonesa, guerra que começou entre 1946 e 1949. Neste conflito, a Manchúria foi um campo de batalha vital, devido aos seus recursos económicos. Os americanos ajudaram Chang Kai-shek a estabelecer-se na região, transportando dezenas de milhares de soldados nacionalistas para o Norte da China. Estimava-se que tenham desembarcado mais de 50.000 fuzileiros americanos, que ocuparam a capital e Tianjin. Stalin cumpriu a sua promessa de retirar as suas tropas da região. Mas esta retirada fazia parte da estratégia dos comunistas, liderados por Mao Tsé-Tung, de não conservar as cidades, onde o Kuomintang era superior militarmente, e recuar para os campos em redor. Uma das diretivas de Mao era “cercar as cidades com os nossos campos e, com o tempo, tomar as cidades”. O Kuomintang dominava as principais cidades mas perdia gradualmente o controle dos campos e começava a encontrar dificuldades em efetuar o recrutamento. Os comunistas passaram a dominar o Norte da Manchúria e grande parte dos campos. Em fins de 1947, pela primeira vez, as tropas comunistas superavam em número as do inimigo, graças sobretudo às promessas de promoverem uma nova política de “a terra a quem nela trabalha”, que fazia com que os camponeses se sentissem apoiados na luta para preservarem suas terras. Por sua vez, Chang Kai-shek entrara em conflito com muitos dos seus principais generais, transferindo comandantes de um lado para o outro, provocando uma quebra no moral das tropas. No início de 1948, a inflação atingira um valor inimaginável nas áreas controladas pelo Kuomintang. Para a população civil, a situação tornava-se desesperadora. Ao longo do conflito, tinham-se rendido ou passado para o lado dos comunistas mais de um milhão de soldados do Kuomintang. Embora os aviões dos EUA continuassem a apoiar os nacionalistas, a 2 de novembro toda a Manchúria estava em poder dos comunistas. Em 1949, os comunistas chineses implantaram a República Popular da China e expulsaram os nacionalistas para Taiwan, ilha que se tornou o refúgio das tropas do Kuomintang, que decretaram a lei marcial e instauraram um governo nacionalista sob proteção norte-americana.